

O ESPAÇO DA BEIRA DA PRAIA, A CRIANÇA E A PRODUÇÃO DE UMA ORDEM: IMPLICAÇÕES PARA ALÉM DA ESCOLA

Recebido em: 06/08/2015

Aceito em: 28/04/2016

Thiago Silva de Souza
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas – RS – Brasil

Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer
Universidade Federal do Rio Grande
Rio Grande – RS – Brasil

Luiz Carlos Rigo
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas – RS – Brasil

RESUMO: O ensaio aborda a beira da praia do Cassino (Rio Grande-RS) a partir de cartas extraídas de um jornal local. Metodologicamente, operamos com a noção foucaultiana de problematização e objetivamos: problematizar esse espaço e as práticas que aí acontecem a partir do que é colocado como problema para nós e do que corresponde às problematizações que sobre o tema tem se desenvolvido. A Educação Física é pensada na ação que seus profissionais podem exercer frente a determinadas questões implicando numa abertura que possibilite pensar de outros modos, práticas e espaços educativos. Agrupamos o que foi possível ser produzido em dois platôs: em um, relacionado à estrutura, localizamos investimentos visando organizar a beira da praia, de modo a planejar, ordenar e controlar o que ali ocorre. Para isto foram abordados ordenamentos como leis, projetos de zoneamento, resoluções; b) em outro, relacionado à condição existencial produzimos perguntas que apontassem para “modos de existência”, resistindo aos julgamentos e a polêmica. Como principal resultado alcançado destacamos a demonstração de um exercício de pensamento que conecta práticas de lazer e o espaço da beira da praia como uma heterotopia produtiva de práticas educativas.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Área Urbana. Criança.

THE SPACE OF THE BEACH MARGIN, THE CHILD AND THE PRODUCTION OF AN ORDER: IMPLICATIONS BEYOND SCHOOL

ABSTRACT: The essay deals with the beach of the Cassino (RS Grande-Rio) from extracted letters from a local newspaper. Methodologically, we operate with Foucault notion of questioning and aim: problematize this space and practices that take place there from what is put as a problem for us and corresponding to problematizations that

on the issue has developed. Physical education is thought in action that staff can carry forward certain questions implying an opening that allows thinking in other ways, practices and educational spaces. We group that was possible to be produced in two plateaus: in one, related to the structure, locate investments to organize the beach, in order to plan, organize and control what happens there. To this were addressed orders as laws, zoning projects, resolutions; b) in other, related to the existential condition produce questions that pointed to "modes of existence", enduring the trials and controversy. The main result achieved highlight the demonstração a thought exercise that connects leisure practices and the space of the beach as a productive heterotopia educational practices.

KEYWORDS: Leisure Activities. Urban Area. Child.

Introdução

O espaço em que vivemos determina, em boa medida, aquilo que é possível ser vivido. Determina, também, o que “devam” ser as práticas que acontecem em determinados lugares. A beira da praia¹ é um destes espaços onde as práticas possíveis e as que devem acontecer tem sua determinação nos modos como este é consituído, caracterizado e organizado. O sentido que atribuímos aos espaços produzem, em parte, as práticas tornadas possíveis e os modos como devemos praticá-las. Entre as práticas que acontecem na beira da praia estão passeios (pedestres, em veículos ou em equipamentos esportivos), práticas esportivas e de lazer.

O Cassino, ou a praia do Cassino é um destes espaços onde isto pode acontecer. Balneário inaugurado em 1989, inicialmente, nomeado de Villa Sequeira pelos imigrantes europeus que o frequentavam, bem como nos diz Freitas (2014) quando fala que essa alteração:

[...] para Cassino (primeiro com um “s” e, posteriormente, com dois “ss”), se deu ainda na primeira metade do século passado, em meio a onda dos cassinos de jogos espalhados pelo país. O balneário assim ficou reconhecido pelo sucesso desses cassinos, os quais eram

¹ Definimos “beira da praia” como aquele espaço que ficamos quando estamos na praia, mas também, como espaço ocupado pelo movimento das marés. No caso do Cassino (Rio Grande-RS) este espaço pode ser definido por aquele espaço de areia compreendido entre o oceano Atlântico e as dunas móveis de areia.

disponibilizados pelos hotéis, como por exemplo, no mais antigo deles, o hotel Cassino. Esse “Cassino” – hotel e casa de jogos – era frequentado pelas famílias “abastadas” da região, principalmente de origem inglesa, alemã e portuguesa. Muitas dessas famílias acabaram construindo casarões na avenida principal do balneário, as quais serviam de estadia para veranejar durante o período das férias, passar o tempo nas estações mais quentes entre os meses de novembro e maio (ENKE, 2005), ou, simplesmente, para desfrutar eventualmente num final de semana (FREITAS, 2014, p. 11).

Sendo o primeiro balneário marítimo vemos no trabalho de Freitas (2014) este espaço nascer já implicado com o que se toma contemporaneamente por lazer, especificamente quando o autor conversando com outras pesquisas e também com membros de famílias “famosas” da elite riograndina que ocupavam o Balneário naquele período nos diz que, a princípio, o Cassino constituía-se “[...] como um espaço atrativo para que turistas e moradores da região desfrutassem do lazer junto à orla e seus fins terapêuticos proporcionados pelos banhos de mar” (FREITAS, 2014, p. 85). O que vemos como um interessante desdobramento daquela pesquisa é que não são as práticas dos famosos que tomam o centro das discussões e sim as dos infames² (a partir dos próprios relatos dos depoentes famosos).

Desse desdobramento, são as práticas de divertimento que toma o centro das atenções naquela pesquisa, essas práticas apesar de perpassarem³ as discussões sobre o lazer possibilitam nas entrevistas com os infames ampliar os olhares a praia, a qual segundo Freitas (2014) “[...] foi sendo apropriada pelos infames com sentidos diversos,

² Segundo Freitas (2014) “o termo infame, no sentido foucaultiano, é utilizado para identificar sujeitos sem fama, a todas as vidas que estão destinadas a transcorrer à margem de qualquer discurso tal como ‘existências-relâmpagos’”(p. 15). Ainda segundo o autor “o encontro com o famoso, portanto, produziu o infame. Entre as alternativas de se fazer isso optamos por uma produção no nível da oralidade. Assim, ouvimos os infames porque ouvimos os famosos (FREITAS, p. 17, 2014).

³ Freitas (2014) localiza algumas discussões sobre o lazer quando busca alguns entendimentos e usos da palavra divertimento no interior da literatura científica. Desse modo, “o divertimento é discutido na perspectiva do lazer, tido como uma atitude propiciada pela adesão a determinada prática” (FREITAS apud MARCELLINO, 2014). Entretanto, não é esse o uso que Freitas (2014) nos parece dar ao que opera por divertimento, já que seus delineamentos são mais próximos a uma “educação dos sentidos e sensibilidades” (FREITAS apud MELO, 2014).

incluindo-se aí, a relação com a pesca” (p. 85). Somando-se a isso, as práticas que foram rememoradas pelos infames como diversão no interior do próprio bairro “[...] tais como as histórias sobre os bailes, os jogos de futebol e os passeios a cavalo. Sob esse aspecto, o bar e a petisca, mesmo que de passagem, igualmente transitaram nos relatos dos depoentes” (FREITAS, 2014, p. 85).

Dedicando um olhar à atualidade, o bairro-balneário Cassino contém pelo menos duas particularidades: a) ser apenas um trecho de uma grande extensão de praia; b) possibilitar desde sempre a circulação e o estacionamento de carros bastante próximo da água do mar. Ou seja, na beira da praia do Cassino, localizada em um bairro de mesmo nome na cidade do Rio Grande-RS, diferentemente da maioria das outras praias, é possível a circulação de carros (IMAGEM 1), o que em muitas oportunidades, produz disputas ou conflitos em torno das maneiras de circular e ocupar este espaço. Isto tem assumido contornos de problema para aqueles que com diferentes objetivos ou motivos frequentam este espaço.

Imagem 1: Vista aérea de um trecho da beira da praia.



Fonte: Fotografia Glauber Gonçalves⁴.

Neste texto, nos dedicamos a conversar com o que diagnosticamos como problema experimentado neste espaço. Trata-se do que vem sendo debatido nesta região

⁴ Em uma conversa o autor da foto relatou que essa, junto a outras imagens, auxiliaram-no a contabilizar 12.824 veículos em uma faixa de 20 km, dos molhes até as proximidades do parque eólico.

associado à manutenção ou não da circulação de carros neste espaço tão disputado, principalmente durante o período de veraneio (dezembro – fevereiro). Sendo assim, o objetivo deste empreendimento foi problematizar este espaço e algumas práticas que aí acontecem a partir do que é colocado como problema para nós e do que corresponde às problematizações que sobre o tema tem se desenvolvido. Para isto, pretendemos nos afastar do que seria entrar na polêmica, mas nos posicionamos no nível das problematizações.

O ponto de onde partimos foi a publicação de cartas em um jornal local, que expressam, pelo menos, dois pontos de vista sobre as dificuldades que tem se estabelecido sobre a circulação de carros na beira da praia. Essas cartas foram extraídas da seção Carta do leitor⁵, destinada aos leitores do/no Jornal Agora⁶ interessados em compartilhar sua opinião sobre temas que envolvem os acontecimentos de Rio Grande e região sul do RS⁷. A seleção de dois enfoques (mesmo tema, mas com posições opostas) se deu pela repercussão gerada no verão de 2013/2014, em um tom de problema, não restrita ao jornal, mas também nos espaços que ocupamos.

⁵ As cartas e artigos para publicação nesta página devem ser enviados por e-mail. As cartas devem ter de 1000 a 1800 caracteres e os artigos de 2300 a 3500. Devem ser identificados com nome, profissão, endereço completo, telefone para contato e número do CPF ou CI. O Jornal Agora reserva-se o direito de selecionar e resumir os materiais enviados que, publicados ou não, não serão devolvidos (JORNAL AGORA)

⁶ Jornal de circulação diária em Rio Grande – RS.

⁷ Apesar da abrangência na região sul do RS é importante destacar a abertura a temas voltados ao Cassino nas demais seções do Jornal Agora, ao que pese aqui, as vinte e nove reportagens mapeadas em suas edições nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro de 2013/2014. Entre outras temáticas abordadas podemos destacar a preocupação com o lixo tanto na beira da praia como no interior do bairro/balneário; início e término de feiras locais; polêmicas envolvendo a construção de grandes empreendimentos imobiliários; inauguração da nova rodoviária; licenciamento de terrenos no chamado ABC; Cerimônia de abertura da temporada de veraneio, entre outras.

Carta do Leitor ■ redacao@jornalagora.com.br

A favor da não circulação de veículos na beira da praia

Venho por meio deste conceituado espaço, que nos é dado pelo jornal Agora, onde conseguimos muitas manifestações em prol de melhorias em nossa cidade, sou exemplo disto desde dezembro do ano de 2008, onde escrevi sobre os barulhentos sons dos carros na orla do Cassino, e que atualmente se vê fiscalização sobre isto.

Hoje, volto aqui para ser mais um a favor da suspensão da circulação de veículos automotores na beira da praia, pelo menos da estátua da Iemanjá aos molhes da Barra. É apenas um pequeno espaço de nossa imensa praia, deixando livre a passagem de veículos para o lado direito, navio... Hermenegildo..., pois assim, teríamos espaço tranquilo sem preocupações não só de sons altos, mas também de atropelamentos e imprudências. Relato que no domingo 08/12/2013, em que minha filha de 03 anos saiu de repente do nosso lado à beira do mar, correndo e atravessando a via de passagem dos carros, graças a Deus não aconteceu o pior, pois um motorista parou em tempo, mas nosso dia de praia acabou por ali, minha esposa ficou muito nervosa, e fomos embora.

Será que esta questão seria de boa aceitação?

*Carta 1 (16/12/13)*⁸

Carta do Leitor ■

A favor da circulação de carros na beira da praia

Lendo a carta publicada neste espaço, no dia 16 deste mês, venho me manifestar a favor da circulação de automotores na beira da praia. Nossa praia se diferencia por essa modalidade, na qual a grande maioria das pessoas aglomera-se com suas tribos para confraternizar, se encontrar e fazer seus churrascos com a comodidade de seus veículos.

Não acho que isso ponha em risco a vida das pessoas ou de nossas crianças, até porque crianças pequenas levadas à praia por seus pais ou responsáveis têm que ficar sobre severa observação, para evitar que sejam atropeladas, entrem na água ou se percam no meio da multidão, para isso devem ficar resguardadas no lado oposto da água ou naquele espaço onde são feito os camaleões de areia para resguardo e proteção das pessoas.

Se formos analisar o número de acidentes que ocorrem com a circulação de carros, veremos que esses números são insignificantes ou quase nulos face à quantidade de veículos que circulam. Devemos nos preocupar, sim, e com a sujeira que fica, e fiscalizar as pessoas que estão perto de nós, conscientizá-los de não deixar a praia suja.

Viva essa maravilhosa praia com seus inúmeros carros andando de um lado para outro, o que torna toda a praia muito viva, alegre e interessante.

*Carta 2 (18/12/2013)*⁹

Frente a isso, como trabalhar com um tema que tomamos como problemático, sem correremos o risco de apenas polemizar? Neste sentido, as lições em termos de método, que nos fornece Michel Foucault podem contribuir. Em relação à polêmica o autor se posicionou nos seguintes termos: “[...] gosto de discutir e procuro responder às perguntas que me fazem. Não gosto, é verdade, de participar das polêmicas” (FOUCAULT, 2012, p. 219).

Problematizar *Versus* Polemizar - O Que Está Em Jogo?

Assumindo uma postura cuidadosa em não se envolver em polêmicas, pretendemos nos conectar ao leitor a partir de dois pontos-chaves: 1) identificação de uma pergunta desencadeadora dos delineamentos que serão aqui apresentados e; 2) a

⁸Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/000337975c90168b8ce6c>. Acesso em: 13/10/2014.

⁹Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/00033797548ca444041a7>. Acesso em: 13/10/2014.

imbricação desses delineamentos com a maneira de operar em termos de método, inspirada em Michel Foucault.

No que diz respeito ao primeiro ponto, a pergunta a que nos referimos se encontra ao final da Carta 1, cujo o tema está ligado ao posicionamento do seu autor A favor da não circulação de veículos na beira da praia e a pergunta, que este apresenta após suas argumentações, diz respeito a própria temática: “será que essa questão seria de boa aceitação”?

Frente a essa questão, em termos operativos, podemos responder que não, a proibição de veículos na beira da praia não é uma questão de boa aceitação, ao menos através dos argumentos nos quais o autor da *Carta 1* isola o comportamento de sua filha. A refutação a essa questão pode ser expressa pelos debates polêmicos gerados no verão 2013/2014 no Cassino sobre esse tema, que, aqui, serão exemplificados pela Carta 2, intitulada A favor da circulação de carros na beira da praia, publicada no Jornal Agora, como resposta de uma leitora à carta anterior.

Mas como escapar da polemização? Não que as polêmicas não devam ser discutidas e levadas em consideração, mas como tratar enunciações como as das cartas destacadas? Ao modo foucaultiano, operando de um lado, um tanto da história das problematizações relativas às dificuldades que se apresentam para um período histórico e, de outro, problematizando os acontecimentos que tem uma ancoragem histórica na atualidade. Eis o segundo ponto chave que organiza este texto.

No que se refere à história das problematizações sobre as dificuldades que se apresentam para um período histórico, é em Morey (2008) que encontramos algumas pistas de como, simultaneamente, sermos rigorosos com a noção de problematização foucaultiana, sem, com isso, restringirmo-nos apenas a polemizar. Para isso, tentamos

demonstrar certa rigorosidade, para com o que vemos constituir-se como um problema produtivo ao trabalho de Foucault, isto é, sua curiosidade para o que acontece na atualidade, ou, dito de outro modo, a atualidade daquilo que nos acontece.

Morey (2008), nessa esteira, nos leva até um Foucault crítico a uma “analítica da verdade” e em busca do que chama de uma “ontologia histórica do presente” e, para isso, localiza um Foucault leitor de Kant, que tem como seu ponto de partida um conjunto de questionamentos:

E a pergunta maior é: o que somos hoje na contigência histórica que nos faz ser quem somos? Quando Kant pergunta, em 1784, Was heisst Aufklärung?, quer dizer: o que acontece agora? O que nos ocorre? Que mundo é este, este período, este momento preciso em que vivemos? Ou para dizer as coisas de outro modo: Quem somos? Quem somos enquanto Aufklärer, enquanto testemunhas desse século das luzes? (MOREY, 2008, p. 22)¹⁰

Para introduzir a questão crítica (e ao mesmo tempo prática) das problematizações foucaultianas, é a partir da comparação das questões acima refletidas por Foucault a partir de Kant, com a questão cartesiana: “quem sou eu?”, que Morey (2008) nos ajuda a localizar o que nessa operação tomamos como problematização.

Em termos operativos somos levados a problematizar não somente o que acontece, “o que é isto?” que acontece na beira da praia quando ocupada pelos carros, mas aquilo que “nos” acontece, “nos” passa, “nos” ocorre no encontro com os carros naquele espaço que tem seus problemas potencializados em períodos nos quais a ampliação da sua utilização se dá em torno do aumento da circulação das pessoas com, conseqüente, o aumento da circulação de carros. Tentamos problematizar isso, tomamos

¹⁰ A tradução do espanhol para o português referente às citações a escrita de Morey foram feitas por nós, no intuito de tornar fluida a leitura do texto. Com exceção ao título do livro que retiramos tais fragmentos, com isso, buscando conservar a fonte de onde retiramos aquelas citações.

a fotografia¹¹, produzida em um dia de inverno, período em que a ocupação dos carros não sofre tanta repercussão.

Imagem 2: Foto aérea produzida em uma manhã de inverno



Fonte: Arquivo pessoal.

Mas, nas cartas, a edificação de espaços “seguros” assume certa centralidade em relação ao movimento dos corpos frente a presença dos veículos na beira da praia, como bem exemplifica, os “camaleões de areia” (IMAGEM 2), expressão utilizada pela autora da *Carta 2*, quando se refere as elevações de areia construídas por motoniveladoras e tratores da administração municipal no Cassino – Secretaria de Município do Cassino/Prefeitura Municipal do Rio Grande-RS – nos períodos de maior movimentação na beira da praia com a finalidade de organizar este espaço. Estas interferências produzidas na beira da praia também são chamadas localmente de

¹¹ Tomamos as fotografias como textos em conexão, por exemplo, as discussões de Kirst (2003) quando propõe que pensemos as imagens não como meras ilustrações e sim como “textos imagéticos”.

“marachas”¹², numa alusão a um determinado modo de manipulação da terra na agricultura.

Imagem 3: Beira da praia do Cassino com “camaleões de areia” ou “marachas”.



Fonte: Arquivo pessoal.

A fotografia acima, tomada enquanto texto, esboça, os “camaleões de areia” (sinalizados pelas setas amarelas) que, de um lado servem de margem a via de circulação de veículos e, do outro, ao estacionamento dos carros, nos ajuda a descrever parte da função dos camaleões de areia com foco indutor ao trânsito de veículos. Mas também, como dito, permite a atualização de um discurso sobre aqueles espaços, através

¹² Em consulta ao dicionário Priberam encontramos os seguintes significados: substantivo feminino; 1. Marachão pequeno; 2. [Marnotagem] Pequeno muro que divide as peças de salina; 3. [Regionalismo] Pequeno muro que separa os canteiros, nas hortas; 4. [Regionalismo] Valado que forma pequeno rego para as águas. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/marachas>. Acesso em: 11 maio 2015.

dos ditos da autora da *Carta 2*, menos ligado aos carros e, mais, a imprevisibilidade das crianças na beira da praia.

Tomando essa imprevisibilidade da criança enquanto um enigma da infância (e não como um estado naturalmente inocente que merece proteção), buscamos abrir a possibilidade de visualizarmos na beira da praia, além de práticas de lazer, também, práticas educativas direcionadas aos seus corpos a partir da delimitação dos espaços que “podem” ou “não podem” ocupar. Ou seja, através dos ditos nas cartas sobre os camaleões de areia e sua imbricação como lugar seguro para as crianças, a praia “nasce” como espaço educativo dos corpos quando se coloca em questão a circulação de veículos; ora, através do propagar restrições que privam a ocupação dos carros em determinados trechos da beira da praia; ora, através do assinalamento de lugares adequados a localização das crianças.

Despojar o acontecimento camaleões de areia de um trato exclusivo relativo à circulação dos carros (que o banalizam e o racionalizam de maneira documental), abre a possibilidade de pensarmos, entre outras coisas, o brincar e o jogar, não restringindo-os a um trato imitativo ou representativo que poderiam expressar “um” lugar da Educação Física¹³.

Nessa esteira, a verdade também entra em jogo e, ao conectar algumas leituras relacionadas à área da Educação Física, buscamos exercitar através de jogos de verdade, a possibilidade de fugir da polêmica envolvendo os carros e pensar em outras relações também em jogo nas cartas, como, por exemplo, aquelas entre os adultos e as crianças. Para tanto, ultrapassamos os aspectos mais totalizantes envolvendo as questões relativas

¹³ Especificamente, em uma perspectiva “escolar”, bem como tangenciado pelos enunciados do curso de Pós-Graduação em Educação Física Escolar. Especialização desenvolvida na Universidade Federal “em que os autores do texto desenvolveram interlocuções” que deram origem a este artigo apresentado como pré-requisito para sua conclusão.

à circulação dos carros, concentrando-nos no que identificamos como contraespaços, isto é, utopias localizadas (FOUCAULT, 2013) conectadas à existência dos indivíduos.

Os espaços como a beira da praia são, por outro lado, alvo de especulação para a prática de atividades relacionadas ao lazer, ao divertimento, às práticas esportivas e onde os indivíduos se movimentam ou, simplesmente, “se” colocam. Ao longo deste artigo, a Educação Física é subentendida numa pedagogia corporal relacionada a estas circulações, discutidas, a partir de questões problematizadoras deste acontecimento e que tratam de posicionamentos que vão além do enquadramento a uma estrutura (acionada por perigos) relativa a circulação de carros e corpos em determinado espaço.

Com isto queremos dizer, que o alvo deste texto não são os veículos, mas a disputa em torno do que “deve” ou “não deve” e do que “pode” ou “não pode” aí acontecer. Trata-se, contudo, de colocarmos questões à política, seguindo a ordem da problematização, isto é “da elaboração de um domínio de fatos, práticas e pensamentos que [nos] parecem colocar problemas para a política” (FOUCAULT, 2012, p. 222).

Frente a esse exercício de pensar o que “deve” ou “não deve”/“pode” ou “não pode” aí acontecer, em que o alvo não se restringe aos carros, é preciso ressaltar que não se trata também de qualquer beira da praia que se quer gerir, mas aquela que corresponde ao espaço entre a estátua da Iemanjá e os Molhes da Barra (*Carta 1*). Da mesma forma não é de qualquer período que se fala, mas, especialmente, o que é considerado de veraneio na praia do Cassino (dezembro de 2013 à fevereiro de 2014).

O Espaço da Beira da Praia como Tema

Iniciamos a desdobrar esse tema desconfiando das cartas inicialmente apresentadas. Esse desconfiar, primeiramente, está imbricado ao tom negativo referente

à circulação dos carros a partir do posicionamento indicado no desabafo do autor da *Carta 1* em vista ao ocorrido com sua filha, e que demonstra a produtividade dos veículos para aquele espaço. Especialmente, ao nos aproximamos de algumas análises empreendidas por Richard Sennett (2002), especificamente, quando esse sociólogo americano discute as “[...] relações entre espaço e movimento produzido pelo automóvel particular” (2002, p. 28), relação essa, que, segundo ele, faz com que as ruas da cidade adquiram “[...] uma função peculiar: permitir a movimentação; se elas constroem demais a movimentação, por meio de semáforos, contramãos, etc., os motoristas se zangam ou ficam nervosos” (SENNETT, 2002, p. 28).

Nessa relação, que Sennett (2002) estabelece entre os carros e os espaços urbanos, a praia surge como que uma extensão das ruas, visto que a beira da praia também é uma via onde valem as regras de qualquer outra via urbana, basta nos depararmos com uma blitz. Por outro lado, as empresas seguradoras não reconhecem a beira da praia como um espaço onde os carros deveriam estar circulando, não cobrindo em função disto, eventuais sinistros. Fora isto, temos demarcações e sinalizações na beira da praia. Assumindo um olhar mais panorâmico, se não fosse possível transitar automóveis na praia, poderíamos imaginar o próprio balneário se constituindo de modo paralelo à praia e não perpendicularmente como se deu, especificamente, desde sua ocupação. O fato é que, este conjunto de características, imprime a necessidade de um caráter educativo neste espaço de convívio:

Fragmento da *Carta 1*

Relato que
no domingo 08/12/2013, em que minha filha de 03 anos
saiu de repente do nosso lado à beira do mar, correndo e
atravessando a via de passagem dos carros, graças a Deus
não aconteceu o pior, pois um motorista parou em tempo,
mas nosso dia de praia acabou por ali, minha esposa ficou
muito nervosa, e fomos embora.

Assim, junto ao ficar “nervoso” com a movimentação dos carros destacado por Sennett (2002), o posicionamento do autor da *Carta 1*, deve ser levado em consideração. Sennett (2002) se posiciona tendo em vista a visão dos próprios condutores de veículos (os obstáculos constrangedores estão fora do carro), enquanto o frequentador do Cassino - *Carta 1* situa os carros como os próprios obstáculos de constrangimento. Se nos delineamentos de Sennett (2002) os condutores dos veículos fazem emergir uma vontade de “liberdade de movimento”, que aplicamos à beira da praia, a partir do posicionamento do autor da *Carta 1*, apesar do privilégio que este concede ao movimento dos veículos (“via de passagem dos carros”), abre a possibilidade de se pensar o movimento dos próprios corpos que a ocupam.

Nesse sentido, pensar o movimento abre, pelo menos, duas possibilidades: a movimentação dos carros e a movimentação dos corpos que ocupam a praia. Outro exercício analítico pode ser articulado às discussões que Sennett (2002) nos apresenta quando este salienta: “[...] assim como alguém pode se isolar em um automóvel particular para ter liberdade de movimento” (SENNETT, 2002, p. 29). O autor da *Carta 1* também pode reivindicar o impedimento dos carros naquele espaço ao requisitar liberdade de movimento para sua filha. O ponto comum dessa articulação é que nessa ânsia por liberdade “[...] também [se] deixa de acreditar que o que circunda tenha qualquer significado além de ser um meio para chegar à finalidade da própria locomoção” (SENNETT, 2002, p. 29). Neste sentido, seria possível dimensionar o que seria a beira da praia do Cassino se nesta não fosse permitida a circulação de automóveis?

O que temos a intenção de destacar nesse diálogo com Sennett (2002), quando este pensa o “[...] espaço público como derivação do movimento”, é que não apenas dos

carros derivam as movimentações aqui em jogo, visto que os dizeres e as atitudes daqueles que se posicionam fora dos carros colocam em jogo outros movimentos que, apesar de diferir quanto a posições de olhar, possuem como ponto de cruzamento a ênfase em sentimentos estressantes. Esse diagnóstico em relação a diferentes modos de movimentação no espaço público, respectivamente, na beira praia abre a possibilidade de pensarmos em outros modos de ocupação com os carros, isto é, pensar os carros de outros modos (de vida). E, aqui, o que nos toca são as versões mais infames visto que os carros que pensamos são aqueles dos ambulantes (“carrocinhas¹⁴”, não pertencentes às famosas marcas automobilísticas): carrocinhas de cachorro quente¹⁵; as carrocinhas de milho verde; as carrocinhas de picolé, as carrocinhas de roupa; as carrocinhas de caipirinha e outros, que tornam possível a permanência das pessoas no espaço da beira da praia.

A circulação das carrocinhas dos ambulantes é apontada, tendo em vista que são pelos mesmos caminhos que carros e carrocinhas vão e vem da praia e, frente a isso perguntamos: com uma proibição da circulação dos carros na praia também seria proibido o deslocamento das carrocinhas dos ambulantes? Mais especificamente, caso fosse proibido à circulação dos carros e fechando os acessos à beira da praia aberto nas dunas, como fariam os ambulantes para chegar naquele espaço? Cabe deixar claro que, ao fazermos essa pergunta não queremos dizer que ao se proibir a circulação dos carros se deva também proibir a das carrocinhas dos ambulantes, mas, sim, que ambos com suas circulações utilizam-se dos mesmos acessos para adentrar naquele espaço.

¹⁴ Carrinhos pequenos desprovidos de motorização empurrados pelos ambulantes ao longo da beira da praia.

¹⁵ Pensamos aqui na carrocinha “Amarelinho” há cerca de 25 anos comercializando cachorro-quente na beira da praia.

Com esses desdobramentos, não temos a intenção de fazer apologia à determinados meios de transportes, como maneiras ideais de se circular na praia, mas, sim, tomar tais posicionamentos, como formas de problematização do que acontece neste espaço, já que nos parece inevitável que num horizonte próximo os carros continuem circulando na beira da praia do Cassino. Mas como ficaremos sem os ambulantes e seus produtos? Ou, sendo mais sensíveis a esse modo de vida, como exercerão os ambulantes seu trabalho, tendo as dunas fechadas para a circulação dos carros e, conseqüentemente, suas carrocinhas? Com isto queremos destacar, novamente, que o alvo deste texto não são os veículos, mas a disputa em torno do que “deve” ou “não deve” e do que “pode” ou “não pode” aí acontecer.

Propomo-nos a pensar a presença ou circulação dos carros menos como causa e, mais, como objeto, simultaneamente, produzido e produtor de “efeitos de verdade”¹⁶ – é verdade que o carro pode gerar abertura (ou fechamento) a circulação nesse espaço, assim como os ambulantes. Tentando ir ao encontro de argumentos que ajudem a pensar aquilo que é dito sobre os carros enquanto efeitos de verdade, propomos um deslocamento no sentido de pensar a beira da praia do Cassino, não apenas como um espaço de um balneário, mas, também, como um bairro da cidade de Rio Grande-RS.

O Espaço como Utopia – Entre Balneário e Bairro

O que é dito pelo autor da *Carta 1*, sobre a circulação dos carros, também pode ser pensado em termos de efeito, como, por exemplo, quando consideramos as análises de Quadros *et al.* (2013). Estes salientam que, atualmente, em Rio Grande:

¹⁶ Como nos diz Cesar Candiotto (2006) trata-se de efeitos “produzidos por mecanismos estratégicos de poder presentes nas práticas sociais” (p. 70). Ainda segundo aquele autor, “tal designação significa que eles funcionam como se fossem verdades, com o objetivo de justificar racionalmente aquelas relações de poder” (CANDIOTTO, 2006, p. 70).

Em determinados horários há congestionamento de veículos nas principais vias e o número de acidentes é crescente. Com a tentativa de amenizar os impactos causados pelo crescimento da frota de veículos da cidade, a prefeitura municipal criou em 2011 o Plano de Mobilidade Urbana do Rio Grande (QUADROS, *et al.* 2013, s/p).

Com o fragmento acima destacamos que a polêmica dos carros não se restringe à beira da praia do Cassino, visto, por exemplo, a necessidade de criar em 2011 um plano de mobilidade a fim de adequar as ruas de Rio Grande ao aumento do número de carros circulando. Entre outras enunciações sobre essa relação dos carros com a cidade, da construção de um plano de mobilidade urbana, emergem efeitos potentes para pensarmos sobre o tema em tela.

Referimo-nos, especificamente, à perda de ênfase nos carros quando ao nos aproximarmos do *Plano de Mobilidade Urbana de Rio Grande – PMU – Prefeitura Municipal de Rio Grande (2011)*, nos defrontamos com os projetos que o compõem, como, por exemplo, o *Programa Calçada Legal*. Neste programa, a diminuição de ênfase nos carros, diferentemente da sua exclusão, acontece no deslocamento para a margem daquilo que é dito sobre estes, já que, agora, a circulação dos pedestres ocupam o foco central. Mesmo considerando que se mudando o foco (das ruas para as calçadas e dos motoristas para os pedestres), a lógica da livre movimentação continua em operação. Como exemplo, pode ser pensado no ideal de acessibilidade que as calçadas devem promover aos pedestres, quando vistas neste programa sob a ótica das cidades acessíveis, isto é, “[...] aquelas em que priorizam o pedestre, num espaço sem barreiras, sem discriminação e sem segregação, promovendo a inclusão social ao alcance de todos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE, 2011, s/p).

Nessa leitura, outras conexões com as cartas inicialmente apresentadas começaram a surgir, especialmente, a partir do que se refere à preocupação com a

inclusão dos corpos em determinados espaços. Em outras palavras, se nas calçadas, a partir do PMU, os corpos (idoso e deficientes) devem ser incluídos através de estruturas que promovam a acessibilidade, na praia, são as crianças, imprevisíveis, que surgem como preocupação, do pai com a movimentação de sua filha frente ao tráfego dos carros (*Carta 1*), mas, também, da autora da *Carta 2* quando reconhece o perigo de atropelamento (mas também de afogamento e desencontros). Frente a essas constatações, são propostos lugares seguros para as crianças:

Não acho que isso ponha em risco a vida das pessoas ou de nossas crianças, até porque crianças pequenas levadas à praia por seus pais ou responsáveis têm que ficar sobre severa observação, para evitar que sejam atropeladas, entrem na água ou se percam no meio da multidão, para isso devem ficar resguardadas no lado oposto da água ou naquele espaço onde são feitos os camaleões de areia para resguardo e proteção das pessoas.

Fragmento da *Carta 2*

Tanto no plano de mobilidade citado, como nos relatos dos autores das *Cartas 1* e 2, os carros, apesar de indissociáveis das argumentações, perdem ênfase em relação a inclusão dos corpos que fora deles se deslocam, já que são os espaços mais seguros para o “ir e vir” dos deficientes e idosos na cidade e o permanecer das crianças nas delimitações interpostas pelos camaleões de areia na beira da praia, que são mais fortemente problematizados. A partir da leitura do texto, *A cidade subjetiva*, de Tania Mara Galli Fonseca (2003), poderíamos tomar os camaleões de areia como símbolos das calçadas, já que:

Como os sonhos, as cidades são construídas por desejos e medos, nos diz Ítalo Calvino [...] podendo ser vistas como um emaranhado tenso entre racionalidade geométrica e existências humanas. Não nos interessa, aqui, a cidade como conceito geográfico, mas como símbolo complexo e inesgotável da existência humana (2003, p. 256).

Logo, não nos interessa aqui a beira da praia como um conceito geográfico, mas como símbolo complexo e inesgotável da existência humana. O que, por sua vez, nos devolve a questão sobre o que “pode” ou “não pode” nesse espaço acontecer?

Criança e Espaço - A Beira da Praia como “Contraespaço” Educativo

Desenvolvidas considerações em torno de uma operação problematizadora, cabe agora, perguntar: de que maneira esta discussão pode manter relação com as “coisas” da Educação Física? Afinal, a motivação para este empreendimento surgiu de um olhar interessado naquilo que acontece neste espaço da praia e que pudesse ser levado em consideração na formação de um professor de Educação Física.

Desse modo, qual seria o acontecimento tratado por esse estudo? Ou, por outras palavras, o que “nos” ocorre, “nos” passa, “nos” acontece no atravessar desse estudo, de modo implicado com o ensinar e o aprender nessa área do conhecimento denominada Educação Física? Nestes termos, as possibilidades dos veranistas, especialmente a criança, jogar e brincar neste espaço assumem posição central, ainda que não seja apenas disso que se trate. Retomemos os seguintes excertos:

Venho por meio deste conceituado espaço, que nos é dado pelo jornal Agora, onde conseguimos muitas manifestações em prol de melhorias em nossa cidade, sou exemplo disto desde dezembro do ano de 2008, onde escrevi sobre os barulhentos sons dos carros na orla do Cassino, e que atualmente se vê fiscalização sobre isto.

Hoje, volto aqui para ser mais um a favor da suspensão da circulação de veículos automotores na beira da praia, pelo menos da estátua da Iemanjá aos molhes da Barra. É apenas um pequeno espaço de nossa imensa praia, deixando livre a passagem de veículos para o lado direito, navio... Hermenegildo..., pois assim, teríamos espaço tranquilo sem preocupações não só de sons altos, mas também de atropelamentos e imprudências.

Fragmento da *Carta 1*

Em relação a estes, registramos que não somos insensíveis a ponto de desconsiderar que uma situação de quase atropelamento gere “preocupações”, mas, como mencionado inicialmente, não nos interessa entrar na (ou difundir a) polêmica e, sim, nos mantermos próximos da problematização dos acontecimentos. Assim, que outras possibilidades de argumentar sobre as crianças poderiam ser narradas tendo em vista sua presença na praia? É tão somente como desveladora de preocupações que elas podem ser discutidas? O que dizer das relações travadas com os adultos que aparentam se constituir como brincadeiras se bem observamos a distribuição das crianças na beira da praia? Elaborar perguntas deste tipo equivalem a uma tentativa de fugir dos estigmas em que a criança é colocada, é acreditar no potencial inventivo da criança.

Perguntar pelas brincadeiras pode tornar produtiva a presença dos carros, quando, por exemplo, a problemática em torno de suas circulações e disposições (a dos carros) formam, para nós, uma zona de delimitação para discutirmos o que “nos” toca daquelas atividades. Ledo engano, contudo, pensar que esse espaço está desprovido de leis, como quer nos fazer acreditar alguns relatos que se utilizam da comoção. Talvez, não possamos efetuar uma comparação linear com as leis que nos evoca o autor da *Carta 1*, em que a fiscalização e o isolamento dos carros surgem como mote principal ao evocar um jogo jurídico. Mas que lei estaria imposta pelas crianças nessas brincadeiras? O que pode haver de produtivo nessas ocasiões?

Aqui evocamos a “lei da repetição”, nos termos propostos por Walter Benjamin (1994), já que, segundo este autor, essa é a lei que junto a “[...] todas as regras e ritmos individuais, rege o mundo da brincadeira em sua totalidade” (p.252). A produtividade da brincadeira, para aquele filósofo alemão (tomada como extensiva a nós), está na possibilidade de se pensar sobre a relação entre o adulto e a criança, não de forma a

alocar essa última aos bastidores de um palco em que a lei jurídica estrelaria como protagonista. Também não queremos lançar os holofotes tão somente às crianças, visto que, em diferentes momentos, Benjamin (1994) nos força a pensar que encharcamos as crianças com nossa bagagem de brincadeiras, isto é, como nos diz aquele filósofo:

O mundo perceptivo da criança está marcado pelos traços da geração anterior e se confronta com eles; o mesmo ocorre com suas brincadeiras. É impossível situá-las num mundo de fantasias, na terra feérica da infância pura ou da arte pura. Mesmo quando não imita os utensílios dos adultos, o brinquedo é uma confrontação – não tanto da criança com o adulto, mas deste com a criança. Não são os adultos que dão em primeiro lugar os brinquedos as crianças? (BENJAMIN, 1994, p.250).

Da mirada em que viemos observando, como agimos diante a solicitação da criança a fazer “de novo”? Que diferenciações produzimos para fomentar a brincadeira e não entrar na repetição do mesmo? Com essas questões buscamos desviar o olhar do que podemos chamar de “stress como culto” contextualizado na *Carta 1* no adulto, para os “[...] objetos de culto que somente graças à imaginação [da criança] se transformarão em brinquedo” (BENJAMIN, 1994, p. 250) como quando, por exemplo, na beira da praia, se estabelecem relações com as areias, transformadas em munição para as brincadeiras de guerra; máscaras e armaduras para o corpo; material de construção de castelos, de estradas, de pontes; matéria prima para cardápios culinários (bolinhos de areia, bolos etc.).

Essa mutação de uma substância aparentemente simples como a areia em conexão com uma gama de elementos de nosso cotidiano no mundo, não se restringe à criança, se bem observarmos uma enunciação na *Carta 2*, especificamente, quando a autora nomeia as pequenas marachas de areia construídas pela administração municipal por camaleões, talvez, pela constante troca de posição efetuada pelos ventos e mudanças de maré, que podem ser associadas a muda de coloração daqueles animais a partir das

condições do espaço que se desloca. Desta maneira, o espaço da beira da praia se constitui como produtivo, também, ao imaginário dos adultos.

Essas marachas construídas para a exclusão de carros e fixação de normas para o uso da beira da praia nos verões, bem como enunciado no Plano de Zoneamento da Praia (PZP - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE, 2014), tornam-se produtivas se atentarmos para os modos que os ocupantes da beira da praia se apropriam daquele espaço, como, por exemplo, é possível destacar da *Carta 2* quando a autora evoca o já referido termo camaleão a fim de expressar seu posicionamento sobre aquele lugar. E, frente a isso, experimentemos alguns delineamentos: 1) não se trata de um animal, mas de determinada barreira física pensada como área de resguardo e proteção de pessoas; 2) espaço esse que não é natural, mas social, visto que se trata de uma opinião impondo uma ordem à beira da praia.

Frente a isso, não apenas da ordem imposta pela administração municipal constitui-se à beira da praia, basta percebermos que as marachas anunciadas no PZP- Prefeitura Municipal de Rio Grande (2014) como “área de exclusão de veículos”, são através dos ditos na *Carta 2*, atribuídas a função de delimitação para as crianças. Em outras palavras, essa colocação nos possibilita falar de outras forças que confrontam às significações ligadas aos planos e normas proferidas pela administração municipal, focadas na circulação dos carros.

Essas forças ao serem conectadas às possibilidades de pensamento, nos forçam a pensar no que Foucault (2013) chama de contraespaço, especificamente, quando, ao discorrer sobre tal terminologia parece se referir a espaços abertos à possibilidade de

exercer posicionamentos¹⁷ e, o que é mais interessante, reforça a possibilidade de conectarmos as crianças à discussão, já que elas

[...] conhecem perfeitamente esses contraespaços, essas utopias localizadas. É o fundo do jardim, com certeza, é com certeza o celeiro, ou é então – na quinta-feira à tarde – a grande cama dos pais. É nessa grande cama que se descobre o oceano, pois nela se pode nadar entre as cobertas; depois, essa grande cama também é o céu, pois se pode saltar sobre as molas; é a floresta, pois pode-se nela esconder-se; é a noite, pois ali se pode virar fantasma entre os lençóis; é, enfim, o prazer, pois no retorno dos pais, se será punido (FOUCAULT, 2013, p. 20).

Correndo o risco de nos enredarmos nessas tramas que com Foucault (2013) nos enveredamos, dada à erudição que acompanha esse filósofo/professor, ousamos experimentar seus ditos sobre esses contraespaços enquanto posicionamentos que vão além das instâncias público administrativas (marachas enquanto área de exclusão de veículos). Tomamos esse posicionamento, considerando a possibilidade de imaginar e refletir através de uma linguagem flutuante, isto é, não enraizada em um significado fixo (visto a abertura de pensarmos os camaleões de areia enquanto lugar de colocação da criança e não somente exclusão dos carros). Os camaleões de areia podem, então, ser relacionados ao barco, símbolo que Foucault (2009) utiliza como um reservatório de imaginação (e não meramente como meio de transporte de produtos comercializáveis).

Destacamos aqui, que apesar de certa liberdade relevada ao pensar a criança no movimentar imagens do mundo para além das nomenclaturas oficiais, é sempre ancorado ao mundo ordeiro e planejado dos adultos que se encontra a criança, visto que, como nos alerta Foucault (2013) “[...] a sociedade adulta organizou, e muito antes das

¹⁷ Foucault (2009) deixa claro em alguns momentos do seu texto que esses posicionamentos não advêm do interior, de um “espaço de dentro” através de percepções, devaneios, paixões, já que, estariam ligados ao “espaço de fora”, “esse espaço que nos corrói e nos sulca é também em si mesmo um espaço heterogêneo” (p. 414). Ou, ainda, de maneira mais enfática aquele filósofo/professor alerta “não vivemos no interior de um vazio que se encheria de cores com diferentes reflexos, vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irredutíveis uns aos outros e absolutamente impossível de ser sobreposto (FOUCAULT, 2009, p. 414).

crianças, seus próprios contraespaços, sua utopias situadas, esses lugares reais fora de todos os lugares” (2013, p. 20).

Produzindo diálogos com Foucault (2013) e Benjamin (1994) vimos como interessante ampliar algumas considerações sobre o brinquedo a partir da leitura benjaminiana, ao que pese nela, ser “[...] um grande equívoco supor que as próprias necessidades infantis criam os brinquedos” (p. 250). Benjamin (1994) é produtivo para nossas análises, especialmente, ao não se ater a uma visão intimista relevadas aos sentidos interiores (sensório-motor) das crianças na relação com o brinquedo, uma vez que, não apenas o corpo da criança tem uma história, mas também os brinquedos (ou instrumentos exteriores a criança, impostos pelos adultos) pelos quais brinca e se relaciona com o mundo. Dito de outro modo, cada brinquedo possui um sentido histórico em suas maneiras que é imposto a criança como objeto de culto, bem como nos diz aquele filósofo alemão ao dar o exemplo do chocalho:

É uma tolice a tentativa contida em obra recente, no conjunto meritória, de explicar o chocalho de recém-nascido com a afirmação de que ‘via de regra a audição é o primeiro sentido a ser exercitado’. Pois desde os tempos mais remotos o chocalho é um instrumento para afastar os maus espíritos, que deve ser dado justamente aos recém-nascidos (1994, p. 250).

De maneira mais articulada com o que até aqui viemos discutindo, o que vimos como possibilidade de articulação ao que nos diz Benjamin, requer uma breve interrupção em nosso imaginar o brinquedo como um produto a ser consumido no mercado. Esse esforço de desvencilharmos dessa concepção corrente em uma sociedade de consumo, nos permite imaginarmos os próprios camaleões de areia como brinquedos (criado pelos adultos, pela linguagem, para posicionar as crianças, bem como podemos experimentar na leitura da *Carta 2*).

Nesse sentido, trata-se de um instrumento manipulável não apenas pelos enunciados dos documentos da administração municipal quando toma como central a circulação dos carros na praia, visto que as disputas em torno das enunciações relativas ao que “deve” ou “não deve”, “pode” ou “não pode” nesse espaço acontecer também produz um ordenamento conectado às crianças. Os camaleões de areia não enquanto artefato do brincar, mas sim como objeto passível ao brincar da criança, ainda que nomeado diferentemente das marachas. Explorar sobre a areia produzindo tanto as marachas, como passagens através destas, mas, mais do que isto, como matéria prima do brincar. A areia molda, na beira da praia, modos de circular, mas, também, modos de estar neste espaço.

Frente a isso, propomos que tomemos aquilo que vem sendo dito sobre as crianças, não necessariamente dos lugares discursivamente conjugados para posicioná-las, como, por exemplo, os camaleões de areia, visto que para serem posicionadas ao interior daqueles espaços, inicialmente, ela (a criança) escapa discursivamente daquele lugar e, justamente, por estar “fora” desse lugar, devemos alertar para espaços seguros a seu estar. Entre outras referências que poderíamos tomar para dialogar com esse acontecimento, é como algo enigmático que o tomamos, especificamente, a partir da relação empreendida por Larrosa (2006): “[...] enigmática é a presença de algo radical e irreduzivelmente outro¹⁸” (2006, p. 185). Ou seja,

¹⁸ Diferente de uma equivalência entre infância e criança, ao evocar esse “outro” da infância, estamos atento às coisas que “nos tocam” frente ao surgimento da criança nas cartas e, dessa forma, sensíveis a “experiência da criança como outro” que, como nos diz Larrosa (2006) “é a atenção à presença enigmática da infância, a esses seres estranhos dos quais nada se sabe e a esses seres selvagens que não entendem nossa língua”. Esse “outro” como viemos exercitando-nos a demonstrar, apesar de não exclusivo a criança, tem nela, uma ancoragem: os camaleões de areia. Estes, ainda que não possam ser caracterizados como “seres” carregam em suas características espaciais certo enigma, visto, por exemplo, a linguagem múltipla que carrega nas manifestações a que estão envolvidos.

[...] “A infância como um outro não é o objeto (ou o objetivo) do saber:

Hoje, volto aqui para ser mais um a favor da suspensão da circulação de veículos automotores na beira da praia, pelo menos da estátua da Iemanjá aos molhes da Barra.

[...] mas é algo que escapa a qualquer objetivação e que se desvia de qualquer objetivo:

Relato que no domingo 08/12/2013, em que minha filha de 03 anos saiu de repente do nosso lado à beira do mar, correndo e atravessando a via de passagem dos carros, graças a Deus não aconteceu o pior, pois um motorista parou em tempo, mas nosso dia de praia acabou por ali, minha esposa ficou muito nervosa, e fomos embora.

[...] Não é ponto de fixação do poder, mas aquilo que marca sua linha de declínio, seu limite exterior, sua absoluta impotência:

Não acho que isso ponha em risco a vida das pessoas ou de nossas crianças, até porque crianças pequenas levadas à praia por seus pais ou responsáveis têm que ficar sobre severa observação, para evitar que sejam atropeladas, entrem na água ou se percam no meio da multidão

[...] Não é o que está presente em nossas instituições, mas aquilo que permanece ausente e não abrangível, brilhando sempre fora de seus limites” (LARROSA, 2006, p. 185):

para isso devem ficar resguardadas no lado oposto da água ou naquele espaço onde são feito os camaleões de areia para resguardo e proteção das pessoas.

Nesse revezamento dos fragmentos extraídos das *Cartas 1 e 2* com os extraídos de Larrosa (2006) o enigma da infância como algo radical e irreduzivelmente outro, pretendemos mostrar uma criança que apesar de descritível a partir de suas atitudes (sair

correndo de repente), calculada mediante sua idade (3 anos) e conhecíveis quanto aos lugares que devem ocupar (ficar resguardadas no camaleões de areia)

[...] sempre nos escapa: na medida em que inquieta o que sabemos (e inquieta a soberba da nossa vontade de saber), na medida em que suspende o que podemos (e a arrogância da nossa vontade de poder) e na medida em que coloca em questão os lugares que construímos para ela (e a presunção da nossa vontade de abarcá-la).

Enquanto um enigma, a criança (mas também os camaleões de areia), ao escaparem das demarcações que centralizam sua função ao trânsito, abrem a possibilidade de visualizarmos na beira da praia práticas educativas direcionadas aos seus corpos a partir dos espaços que “podem” ou “não podem” ocupar. Ou seja, através do que é dito nas cartas sobre os camaleões de areia e sua imbricação como lugar seguro às crianças, a praia nasce como espaço educativo dos corpos¹⁹ quando se coloca em questão a circulação de veículos, ora, através do propagar restrições que privam a ocupação dos carros em determinados trechos da beira da praia; ora, através do assinalamento de lugares adequados a colocação das crianças.

Corroborando com essas proposições, propomos a experimentação da noção de brinquedo (anteriormente discutida) aproximada a de nascimento que nos fala Larrosa (2006). Se o brinquedo amplia as possibilidades de pensarmos o brincar (das crianças, dos corpos) na beira da praia, a noção de nascimento, a partir de Larrosa (2006), amplia as possibilidades de problematização dos próprios espaços da beira da praia, especificamente, através do desvio de uma compreensão linear do tempo, já que, segundo aquele filósofo em uma perspectiva enigmática “[...] o nascimento não é um

¹⁹ Ainda que a materialidade buscada para esse trabalho nos leve a falar dos corpos das crianças, não apenas a elas encerramos esses exercícios de governo, bem como alertamos ao final desse artigo, uma vez que as “placas” fixadas no interior dos “camaleões de areia” lançam pistas interessantes a próximos investimentos.

momento que se possa situar numa cronologia, mas aquilo que interrompe toda a cronologia” (p. 187):

Não é o momento em que colocamos a criança em uma relação de continuidade conosco e com nosso mundo (para que se converta em um de nós e se introduza em nosso mundo) mas o instante da absoluta descontinuidade, da possibilidade enigmática de que algo que não sabemos e que não nos pertence inaugure um novo início (2006, p.187).

O nascimento aqui, portanto, inaugura a possibilidade de pensarmos um tempo outro, através desse outro espaço educativo que escapa as instituições tradicionais de ensino, como, por exemplo, a escola. Por outras palavras, trata-se de um tempo marcado por acontecimentos que, com as discursividades a elas (as crianças) atreladas através das cartas, produz histórias, na intrínseca relação com os espaços.

Em um olhar mais detido a esse contexto, propomos que nos mantenhamos atentos em relação a que, diferente de se posicionarem nos camaleões de areia a partir de gestos e condutas próprias, as crianças são posicionadas discursivamente nesses lugares conforme os preceitos de isolamento estabelecidos a esses lugares, como, exemplo a exclusão de circulação de veículos no seu interior.

Os camaleões de areia como espaços de exclusão de veículos, tornam-se através dos ditos da *Carta 2*, espaços de inclusão das crianças no instante em que são discursivamente posicionadas naqueles lugares. Fato que nos leva a explicitar que o que está em jogo nessa trama não é a produtividade da brincadeira nas relações com a criança, mas sim uma vontade de ordem que utiliza o espaço como instrumento para educar a partir da criança. Em correlação aos investimentos que são interpostos no sentido de nascimento que a criança encerra, o espaço da beira da praia é inventado para governar o que pode haver de enigmático e imprevisível – os acidentes, o acaso, o que está fora da ordem: a criança. Neste sentido, esperamos ter demonstrado até aqui o

quanto se deixar manter no nível da polêmica pode bloquear nossa capacidade de se encontrar com a produtividade dos problemas.

Jogando com o Espaço: Outras Pistas Encontradas na Beira da Praia

Nesse exercício problematizador, quais questões podem ser colocadas para a política educacional? Ainda que muitos pontos possam ser ordenados em torno do que aqui viemos apresentando, um, em especial, “nos” toca. Essa questão refere-se também ao espaço, mas um espaço para o pensamento que localiza o professor não somente da posição de executor de um determinado número de conteúdos, os quais tomando a abrangência da Educação Física como exemplo, poderia fixar os professores dessa área ao exercício imitativo e representativo que relevaria a um único entendimento da noção de jogos. Encerrando tal exercício propomos um jogo entre espaço e tempo, no que diz respeito às práticas educativas.

Neste sentido, não reivindicamos a beira da praia como um espaço de relaxamento para o professor de Educação Física, uma vez que conjugado ao que é o “escolar”, por exemplo, nas discussões de Masschelein e Simons (2014) podemos reservar a noção de “livre” (dedicada ao “tempo” pelos professores belgas e ao “espaço” em nossos delineamentos) “[...] a invenção de uma forma específica de tempo [espaço]²⁰ livre ou não produtivo, tempo [espaço] indefinido para o qual a pessoa não tem outra forma de acesso fora da escola [beira da praia]” (p. 28), uma vez que

O tempo [espaço] fora – em casa, no mercado de trabalho – foi e é muitas vezes e de diferentes maneiras, “ocupado”. Nós não tiramos tempo [espaço] livre para sugerir uma espécie de tempo [espaço] de relaxamento, na maneira em que frequentemente ele é entendido hoje. Na verdade o próprio tempo [espaço] de relaxamento se tornou tempo [espaço] produtivo e se torna matéria prima para a sua própria esfera

²⁰ Utilizamos os colchetes para inserir as palavras a seguir como modo de indicar a substituição na leitura de tempo por espaço e escola por beira da praia, enquanto uma regra do jogo que propomos.

econômica. Assim, o relaxamento é muitas vezes visto como útil no sentido em que repõe a nossa energia e nos permite realizar atividades que levam a aquisição de competências adicionais (MASSCHELEIN e SIMONS, 2014, p. 28).

Não se trata de conceber o jogo, bem como outras práticas que na beira da praia acontecem, imbricadas tão somente com uma profissão, nas quais o jogo ficaria restrito a um determinado número de gestos e a presença de um profissional, ocupado pelo trabalho. O que reivindicamos com o espaço livre não é, portanto, a assimilação de conteúdos que nos abririam portas no futuro através da obtenção de competências, mas sim o jogar com aquilo que ocorre na beira da praia (enquanto alguma coisa desse mundo em que vivemos). Melhor dizendo, jogar com algumas coisas que “nos” ocorrem nesse espaço, como algo que escapa das fáceis manifestações imobilizadas nas estruturas de aprendizagem simpáticas ao que “se deve” aprender ou fazer.

Dessa maneira, o que pretendemos foi dispor, para o pensamento, tecer da experiência de todos nós com a beira da praia como um “bem comum” de modo a “tornar possível a formação” (MASSCHELEIN e SIMONS, 2014, p. 161) não apenas de professores de Educação Física (nessas especializações que “nos” tocam), mas, também, daqueles inclinados a tornar público o que podemos chamar de práticas de liberdade heterotópicas. Estas últimas, assumidas em um primeiro momento, a partir do distanciamento de um imaginário encapsulado naquilo que “deve” acontecer (leis, fiscalizações), uma vez que aberta as possibilidades de descrever aquilo que “pode” acontecer, que acontece, ou melhor, aquilo que “nos” acontece no encontro com as relações que, nesse espaço tão instigante, são produzidas.

Frente a essas práticas, não queremos dizer de modo conclusivo e prescritivo: liberem a praia dos camaleões de areia, se fosse isso, nossa questão central se dirigiria,

talvez, para a proibição dos veículos na beira da praia, polêmica da qual propomos afastamento em proveito do que aqui tratamos por problemáticas. Não se trata também de afirmar a liberdade de um grupo de sujeitos, como, por exemplo, as crianças. Também não é uma afirmação da lei enquanto modelo ideal de governar os outros. A liberdade, se bem percebermos pode estar conjugada ao que Morey (2008) localiza constituir-se como problema político, ético, social e filosófico de nossos dias, problema esse que, no crivo do pensamento foucaultiano:

[...] não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individuação que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos (FOUCAULT apud MOREY, 2008, p. 239).

De maneira incisiva não se trata de pensamentos sobre a beira da praia encapsulado em um “eu” ocupante daquele espaço e, sim pensamentos conectados a “nós” que, fazem e se desfazem em busca de conexões ancoradas em acontecimentos que marcam a atualidade deste espaço.

Na tentativa de perpassar o que aqui problematizamos, retomamos nosso objetivo: problematizar o espaço da beira da praia e as práticas que aí acontecem a partir do que é colocado como problema para nós e do que corresponde às problematizações que sobre o tema tem se desenvolvido. Nessa esteira podemos apontar para alguns pontos que aqui agrupamos como pertencendo a dois platôs distintos: a) de ordem estrutural (ou utópica); b) de ordem existencial (ou heterotópica).

Em relação ao primeiro ponto, ao tratarmos de posicionamentos a favor ou contra a circulação de carros neste espaço, localizamos fatos envolvendo os riscos que a circulação de carros pode oferecer a circulação dos corpos neste espaço e, frente a isso, investimentos visando organizar a beira da praia, de modo a planejar, ordenar e

controlar tudo que ocorre neste espaço. No segundo ponto, ao delinear perguntas que apontassem para modos de existência, em detrimento de uma proliferação de julgamentos estimulados pelas cartas, identificamos a produtividade das brincadeiras e dos jogos para o desdobramento daquilo que é dito sobre os acontecimentos na beira da praia.

Na mesma esteira, nos permitimos brincar com instrumentos não somente pelo viés que são tratados nos documentos como o Plano de Zoneamento da Praia – Prefeitura Municipal de Rio Grande (2014) – marachas –, mas, também, a partir de um jogo com a linguagem através da contingência desses mesmos instrumentos e o respectivo posicionamento daqueles que os observam – camaleões de areia. Abrir espaço, jogando com as palavras ou, dito de outro modo, delimitando, produzindo com as palavras, estas que também constituem nossas vidas na beira da praia e respectivamente os jogos sociais que desempenhamos.

Jogar com a beira da praia como um espaço que abre a possibilidade de pensarmos na educação, através dos jogos e brincadeiras como alguma coisa desse mundo, que não exclusivo da escola. Um espaço em que os carros com suas distribuições formam barreiras que pouco tem em comum com os muros de muitas instituições escolares que nos rodeiam, vistos não em termos materiais, mas sim relacionais, como um modo de demarcação que se distancia das utopias estruturais em busca de utopias situadas que pouco tem a ver com a presunção de direitos e deveres ligados a cidadania, muito difundido como o mote da escola (e que aqui foi impossível discutir). Assim, na expectativa de que não sejam tomados por novidades, encerramos provisoriamente este ensaio, registrando um pouco do que tornou possível o próprio jogo.

Antes de discutir a educação a partir da escola, nos propomos a pensar o escolar na esteira da profanação a qual está imbricada no trabalho de Masschelein e Simons (2014) quando propõem um uso educacional daquele termo. Profanação, aqui tomada pela ideia de “tempo livre”, ainda que desliguemos o tempo e ascendemos o pensamento sobre o espaço, pensar o espaço a partir de um jogo de palavras.

O que emerge disso pode ser emoldurado, como dito, a uma vontade de ordem, na qual se proliferam disputas produzidas em torno de questões que circundam aquilo que “pode” ou “não pode”, “deve” ou “não deve” ocorrer na beira da praia. Esse desvio em relação a um ordenamento fixo, linear e harmônico, além de nos permitir escapar da polêmica, potencializa nossas problematizações a mera assimilação de fatos nos fazendo resistir a esses estados que poderiam nos conduzir a uma fixação ao que já foi dito.

Atrelamos essa moldura a um aquário. Para utilizarmos uma metáfora, discutida por Paul Veyne (2014): “[...] sempre somos prisioneiro de um aquário que nem sequer percebemos as paredes; como os discursos são incontornáveis, não se pode, por uma graça especial, avistar uma verdade verdadeira, nem mesmo uma futura verdade ou algo que se pretenda como tal” (p. 49). Frente a essa moldura (ou aquário) aqui esboçada pelas demarcações na beira da praia em torno dos carros, outros aquários ou molduras ganham força em vista a novas problematizações, como, por exemplo, as pistas em torno dos modos como ocorrem outras sinalizações naquele espaço, demarcações e delimitações para a prática de esportes náuticos, pesca, áreas de circulação de pedestres e automóveis etc., mas indicamos como sendo a problematização do espaço o solo que torna possível pensarmos estas práticas de outros modos.

Entretanto, é preciso cautela, como nos indica Veyne (2014), pois, só saímos

[...] de nosso aquário provisório sob a pressão de novos acontecimentos do momento ou ainda porque um homem inventou um novo discurso e

obteve sucesso. Mas se mudamos, então, de aquário, é para nos vermos em um novo aquário. Esse aquário ou discurso é, em suma, o que poderíamos chamar de *a priori* histórico. É claro que esse *a priori*, longe de ser uma instância imóvel que tiranizaria o pensamento humano, é passível de mudança, e nós mesmos terminamos por mudá-lo (2014, p. 50).

É preciso, pois, estarmos sempre atentos aos acontecimentos.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. Brinquedo e Brincadeira: Observações sobre uma obra monumental (1928). In: **Mágia e técnica, arte e política**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 65-78, 2006.

FONSECA, T. A cidade subjetiva. In: FONSECA, T. KIRST, P (Org.). **Cartografias e Devires: a construção do presente**. Porto Alegre, UFRGS, 2003.

FOUCAULT, M. **Corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo. N – 1 Edições, 2013.

_____. Outros espaços. In: MOTTA, M. (Org.) **Ditos & escritos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. v. 3.

_____. Polêmica, Política e Problematizações. In: MOTTA, M. (Org.) **Ditos e Escritos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. v. 4.

FREITAS, G. **Práticas de divertimento no Cassino/RS em meados do século XX: a produção de um outro espaço no encontro com os infames**. Rio Grande, 2014. 141f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: química da vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

KIRST, P. Redes do olhar. In: FONSECA, T. KIRST, P. (Org.). **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

LARROSA, J. O enigma da infância: ou o que vai do impossível ao verdadeiro. In: _____. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MASSCHELEIN, J; SIMONS, M. **Em defesa da escola: uma questão pública**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

MOREY, M. A questão do método. In: FOUCAULT, M. **Tecnologías del yo**. Buenos Aires: Paidós, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. Plano de Mobilidade Urbana, 2011. Disponível em: http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/arquivos/conteudo_midia/RioGrandePlanoMobilidade.pdf. Acesso em: 6 ago. 2015.

_____. Plano de Zoneamento da Praia, 2014.

QUADROS, C. *et al.* **Mobilidade Urbana em Rio Grande - RS:** uma visão interdisciplinar. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE INTERDISCIPLINARIEDADE NO ENSINO, NA PESQUISA E NA EXTENSÃO – REGIÃO SUL, 1, 2013, Florianópolis, SC. **Anais ...** Florianópolis: EGC/UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.siiupe.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/10/C-Quadros.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2015.

ROSA, Jonathas. A favor da não circulação de veículos na beira da praia. **Jornal Agora**, Rio Grande, 16 de dezembro de 2013. Seção Carta do Leitor, p. 2.

SENNETT, R. **O declínio do homem público:** tiranias da intimidade. São Paulo: Schwarcz, 2002.

TERRA, Elisa. A favor da circulação de carros na beira da praia. **Jornal Agora**, Rio Grande, 18 de dezembro de 2013. Seção Carta do Leitor, p. 2.

VEYNE, P. **Foucault:** seu pensamento, sua pessoa. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Endereço dos Autores:

Thiago Silva de Souza
Avenida Buarque de Macedo, 40
Rio Grande – RS – 96.211-110
Endereço Eletrônico: tesurfing@hotmail.com

Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer
Rua General Abreu, 157
Rio Grande – RS – 96.211-102
Endereço Eletrônico: felipao.rg@hotmail.com

Luiz Carlos Rigo
Rua Gonçalves Chaves 3063 apart. 503 Bloco A
Cidade: Pelotas – RS – 96.015- 560
Endereço Eletrônico: rigoluizcarlos@gmail.com